

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2013.**

(Do Sr. Fernando Jordão)

**Requeiro que sejam convidados o Sr. George Buck (Presidente da Chevron do Brasil), Sr. Carlos Minc (Secretário Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro), Sra. Magda Chambriard (Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP), o Sr. Volney Zanardi Júnior (Presidente do IBAMA) e representante do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos sobre compensação pelo derramamento de 3.600 barris de petróleo no oceano a noroeste do Rio de Janeiro, no Campo de Frade, no ano de 2011.**

Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente:

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, que, ouvido o Plenário da Comissão, se digne adotar as providências necessárias para convidar, o Sr. George Buck (Presidente da Chevron do Brasil), Sr. Carlos Minc (Secretário Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro), Sra. Magda Chambriard (Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP), Sr. Volney Zanardi Júnior (Presidente do IBAMA) e representante do Ministério Público Federal, para que em audiência pública a ser agendada por esta Comissão, prestem esclarecimentos sobre compensação pelo derramamento de 3.600 barris de petróleo no oceano a noroeste do Rio de Janeiro, no Campo de Frade, no ano de 2011.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em 2012 apresentei requerimento de audiência pública junto à Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de apurar as causas e os responsáveis pelo derramamento de petróleo da empresa Chevron do Brasil, no Campo de Frade - Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 2011.

O referido desastre ecológico deu origem a ações civis indenizatórias avaliadas em mais de 17 bilhões de dólares. Segundo publicação no Jornal O Globo, de 14 de setembro de 2013, a empresa Chevron fechou um acordo incluindo mais de 300 milhões de reais em compensações pelo derramamento dos 3.600 barris de petróleo. Desse total, 95 milhões de reais serão destinados a projetos sociais e ambientais.

Precisamos averiguar onde serão aplicados de fato esses 95 milhões de reais para áreas sociais, pois trata-se do processo ambiental mais importante da história no Brasil, e esta Casa, que tem função fiscalizadora, não pode deixar passar em branco a questão supracitada. Já não bastam tantas outras problemáticas que ficam sem elucidação, nem tão pouco punição dos responsáveis. Torna-se, pois, urgente averiguar com profundidade esta situação.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 2013.

**FERNANDO JORDÃO**  
Deputado Federal – PMDB/RJ